

Em destaque...

## O dia mundial da Língua Portuguesa e a sétima língua oficial da ONU

Paulo Feytor Pinto<sup>1</sup>

No dia 5 de maio, foi pela primeira vez comemorado o Dia Mundial da Língua Portuguesa (DMLP), decretado pela UNESCO. O português tornou-se, assim, na sétima língua a ter este estatuto e na primeira que o alcança sem ser língua oficial das Nações Unidas (ONU). Trata-se dum feito notável para a diplomacia da CPLP que tem como objetivo imediato o prestígio e reconhecimento internacional da língua portuguesa e o reforço da sua presença nas instituições da ONU. Na verdade, este dia mundial constitui uma importante etapa do longo e ambicioso “processo de candidatura” do português a sétima língua oficial da ONU. Atualmente a organização tem, portanto, seis línguas oficiais. Para quatro delas, os regulamentos designam as variantes de referência. Assim, são línguas oficiais da ONU, o árabe moderno padrão, uma variante sem falantes nativos utilizada só por alfabetizados, o espanhol de Espanha, o francês, o inglês britânico com a norma de Oxford, o mandarim ou dialeto chinês de Pequim, escrito com os caracteres simplificados adotados pela RP da China nos anos 1950, e o russo. Importa destacar que, por um lado, o árabe e o espanhol são as únicas duas línguas que não são língua oficial de um país com assento permanente no Conselho de Segurança e que, por outro lado, as línguas de trabalho efetivas tendem a ser o francês e o inglês. Para atingir o ambicioso objetivo de ver o português adotado como língua oficial da ONU, a CPLP e os seus estados-membros enfrentam, pelo menos, quatro tipos de obstáculos ou desafios muito exigentes, desafios financeiros, legais, geopolíticos e sociolinguísticos.

Os obstáculos financeiros prendem-se com os elevados custos de edição de documentação e outros conteúdos em português e, sobretudo, de funcionamento de serviços de tradução e de interpretação, nas instituições da ONU, entre o português e, pelo menos, o francês e o inglês. Idealmente, também para a tradução e interpretação de e para as restantes quatro línguas oficiais. Como, nos países da CPLP, o estudo de línguas estrangeiras se limita quase exclusivamente ao espanhol, francês e inglês, sendo escassos os profissionais que trabalham com o árabe, o mandarim e o russo, a formação dos profissionais necessários à utilização oficial do português na ONU será, a curto prazo, um custo acrescido. O financiamento destas atividades linguísticas pode ser assegurado pelo orçamento da ONU ou pelos estados beneficiários da atividade, neste caso, os nove países da CPLP. Ora, a curto e médio prazo não parece provável que alguma destas duas organizações consiga dar prioridade a este tipo de despesa.

Já os desafios legais dizem respeito ao mais polémico e embaraçoso problema de política linguística que envolve os países da CPLP: a questão ortográfica, encetada pelos portugueses há mais de cem anos, escassos meses após a implantação da república. Com efeito, em 1911, a ortografia monárquica consuetudinária foi substituída por uma norma padronizada oficial definida num decreto legal português. Na sequência desta iniciativa unilateral, as decisões sobre ortografia, em Portugal e no Brasil, passaram a ser possíveis unicamente por via legal. Por isso, ao longo do século XX, foram inúmeras as tentativas de (re)unificar a ortografia do português, ou seja, as tentativas de alcançar um quadro legal em que todas as maneiras de escrever em português sejam oficialmente consideradas uma única ortografia. Uma vez que também a ONU define as variantes das suas línguas oficiais, quando elas têm variantes reconhecidas ou legitimadas, se o português vier a ser a sua sétima língua oficial é do interesse da CPLP que haja uma ortografia legal e oficialmente comum, uma vez que a alternativa a um acordo ortográfico da língua portuguesa seria a adoção, pela ONU, da norma ortográfica brasileira utilizada por cerca de 90% dos falantes de português, mas apenas num dos nove países da CPLP.

<sup>1</sup> Esc. Sec. de Miraflores (Oeiras) & CELGA-ILTEC (UCoimbra)

# P

A seleção do português, ou de qualquer outra língua, por duas centenas de países de todo o mundo está sujeita a fortes constrangimentos geopolíticos. Atualmente, entre as seis línguas oficiais da ONU, há quatro línguas de origem europeia, sendo duas neolatinas, como o português. Esta hegemonia evidente das línguas europeias, a ser alterada, dificilmente será no sentido de a reforçar. Por um lado, uma das características da fase atual da globalização é o declínio da multissecular centralidade europeia (ou ocidental), por outro, há várias línguas asiáticas com grande importância demográfica, económica e política e entre as atuais línguas oficiais não há nenhuma língua de origem africana ou americana. Parecem ser cinco os principais concorrentes do português pelo estatuto de língua oficial da ONU: o bengali, falado no Bangladesh e no estado indiano do Bengala Ocidental, de que Calcutá é a capital; o hindi, a terceira língua mais falada no mundo, maioritária em nove estados do norte da Índia; o malaio, com as variantes nacionais da Malásia e da Indonésia; o suaíli, a língua de origem africana com maior número de falantes, distribuídos por doze países da África oriental, incluindo Moçambique; e, por fim, o turco, falado na Turquia, Chipre e seis países balcânicos. O Brasil e a Índia são putativos candidatos a membros permanentes do Conselho de Segurança. Diante da hegemonia linguística europeia, da globalização e do perfil não europeu de todos os competidores, a estratégia da CPLP deverá focalizar-se nas dimensões não europeias da língua portuguesa, reconfigurando o português no mercado linguístico mundial como língua do Sul Global. A estratégia da CPLP de afirmação do português na ONU parece ser contraditória com a estratégia ibero-americana, adotada pelo Brasil e por Portugal, de promoção e celebração da intercompreensão entre falantes de português e espanhol. Se há intercompreensão, como se justifica a necessidade de o português ser língua oficial de uma organização em que o espanhol já o é?

Por fim, há fatores sociolinguísticos que atualmente condicionam o papel da língua portuguesa na comunicação internacional, seja a função que a língua tem para os seus falantes, sejam os contextos em que a língua é utilizada. Com efeito, entre as línguas demograficamente mais importantes, o português é das que tem uma maior proporção de falantes nativos, o que quer dizer que é uma língua com poucos falantes que a têm como língua não materna. Esta condição reflete-se na escassa utilização do português para a comunicação entre falantes de outras línguas – quando um falante de outra língua fala português é porque está a falar com alguém que o tem como língua materna. Mesmo em Angola e Moçambique, onde o português (ainda) tem a função veicular que lhe falta no resto do mundo, regista-se um aumento constante da proporção de falantes nativos do português. Este obstáculo à afirmação do português como língua franca internacional só poderá ser ultrapassado com o alargamento exponencial da oferta de aprendizagem da língua nos sistemas educativos de países de todo o mundo e, principalmente, com a adesão de crianças e jovens que dê resposta a essa oferta. As opções pessoais e familiares acerca da aprendizagem de línguas de comunicação internacional dependem de inúmeros fatores, para além do número de falantes ou do número de países onde é língua oficial. Sobre os números da língua portuguesa e a sua cotação no mercado linguístico global, foi publicado, também em maio, pela INCM, o livro *A Língua Portuguesa como Ativo Global*, coordenado por Luís Reto, do ISCTE.

Em síntese, a declaração do DMLP pela UNESCO é uma etapa do processo de reconhecimento do português como língua oficial da ONU. Trata-se de um processo longo, complexo e muito exigente porque tem custos financeiros elevados, porque obriga a um acordo ortográfico entre os parceiros da CPLP, porque o português é uma língua de origem europeia e quatro das seis atuais línguas oficiais também o são e, finalmente, porque (ainda) é uma língua muito pouco utilizada como língua franca em contactos internacionais.